INOXPLATE — COMÉRCIO DE PRODUTOS DE AÇO INOXIDÁVEL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Anúncio n.º 5973/2007

2.ª Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 58 315/20041126; identificação de pessoa colectiva n.º 507096975; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 07/041126.

Certifico que por ACEROL — Comércio e Indústria de Aços Inoxidáveis, L.^{da}, foi constituída a sociedade em epígrafe, cujo extracto da inscrição é do teor seguinte:

Documento complementar elaborado nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

Pacto social

Artigo 1.º

A sociedade adopta a denominação INOXPLATE — Comércio de Produtos de Aço Inoxidável, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Artigo 2.º

A sociedade tem a sua sede na Zona Industrial da Maia I, sector VII, Rua E, lote 2-A, freguesia de Moreira, concelho da Maia.

§ único. A sociedade poderá estabelecer ou extinguir delegações, agências ou qualquer outra forma de representação social.

Artigo 3.º

Constitui objecto social o comércio, indústria, importação e exportação de produtos em aço inoxidável, bem como os serviços que lhe são inerentes.

Artigo 4.º

A existência jurídica da sociedade será por tempo indeterminado e o seu começo contar-se-á para todos os efeitos a partir desta data.

Artigo 5.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de € 7 000 000, correspondente a uma quota de igual valor pertencente à sócia ACEROL — Comércio e Indústria de Aços Inoxidáveis, L.^{da}

Artigo 6.º

A sociedade poderá amortizar ou adquirir quotas quando estas forem objecto de penhora, arresto ou por qualquer modo sujeitas a procedimento executivo, desde que a diligência se mantenha por período não inferior a 30 dias a contar da notificação da sociedade.

§ único. O preço da amortização da quota, salvo deliberação em contrário, será pelo respectivo valor nominal.

Artigo 7.º

A sócia poderá fazer à caixa social os suprimentos de que ela carecer, nas condições que forem deliberadas.

Artigo 8.º

A sócia poderá efectuar as prestações suplementares de que a sociedade carecer.

Artigo 9.º

Entre a própria sócia e a sociedade poderão ser celebrados quaisquer contratos de aquisição, disposição e oneração de bens, desde que necessários ou inerentes à prossecução do objecto social, pela forma escrita exigida por lei e de acordo com a deliberação própria, quando necessária.

Artigo 10.º

A gerência e a administração dos negócios sociais ficam a cargo de gerentes nomeados pela sociedade, até ao número de sete, com ou sem caução ou remuneração, conforme igualmente vier a ser deliberado.

§ 1.º A sociedade, por intermédio da sua gerência, poderá constituir mandatários, podendo os mesmos ser os gerentes ou pessoas estranhas à sociedade.

§ 2.º Ficam desde já nomeados gerentes Álvaro Maria Arnaiz Eguem, casado, portador do bilhete de identidade n.º 02481140-S, emitido em 20 de Maio de 1997 pelo Ministério do Interior de Espanha, residente na Rua de São João de Brito, 403, 3.º, esquerdo, no Porto, Daniel Sillero Günther, casado, portador do bilhete de identidade n.º 8846481-Z, emitido em 3 de Fevereiro de 2003 pelo Ministério do Interior de Espanha, residente na Rua do General Humberto Delgado, 181-E, 3.º, E, em Leça da Palmeira, Matosinhos, Ramón Pubill Rocafort, casado, portador do bilhete de identidade n.º 40821917-E,

emitido em 10 de Dezembro de 1999 pelo Ministério do Interior de Espanha, residente na Calle Joaquim Ballester, 23, 4.º, B, em Valência, Espanha, Domingo Mateo Nieves Diaz, casado, portador do bilhete de identidade n.º 19876512-G, emitido em 13 de Junho de 2003 pelo Ministério do Interior de Espanha, residente na Calle Josep Pla, IB, em El Masnou, Barcelona, Espanha, Alberto Ballesteros Perea, casado, portador do bilhete de identidade n.º 36462277-N, emitido em 27 de Setembro de 2000 pelo Ministério do Interior de Espanha, residente na Calle Sicilia, 410, 1.º, 1, em Barcelona, Espanha, Miguel Ferrandis Torres, casado, portador do bilhete de identidade n.º 51389145-S, emitido em 18 de Novembro de 1998 pelo Ministério do Interior de Espanha, residente na Calle Rocimonte, 8, em Madrid, Espanha, e José Riestra Pita, casado, portador do bilhete de identidade n.º 241304-B, emitido em 29 de Outubro de 2001 pelo Ministério do Interior de Espanha, residente na Calle Concha Espina, 43, 3.º, em Madrid, Espanha.

Artigo 11.º

A sociedade obriga-se com a assinatura conjunta de quaisquer dois gerentes ou de mandatários no âmbito de poderes que lhe foram conferidos pelos respectivos mandatos.

§ único. Fica vedado aos gerentes responsabilizar a sociedade em documentos e obrigações estranhos aos negócios da mesma, designadamente em letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

Artigo 12.º

Os balanços serão fechados com referência a 31 de Dezembro.

Artigo 13.º

Os lucros líquidos apurados terão a seguinte aplicação:

- 5 % para o fundo de reserva legal, enquanto este não se encontrar integrado ou sempre que for necessário reintegrá-lo;
- Ao restante será dado o destino que a assembleia geral decidir.

Artigo 14.º

A sociedade dissolve-se nos casos legais.

Está conforme.

20 de Dezembro de 2004. — A Ajudante Principal, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.

2008498964

LEONEL CARVALHO & LOPES, L.^{DA}

Anúncio n.º 5974/2007

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 40 703/860106; número de identificação de pessoa colectiva 501630066; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 02/050805.

Certifico que o capital foi elevado à cifra de € 5000, tendo sido alterado o artigo 4.º, que fica com a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é € 5000, dividido em duas quotas, uma do valor nominal de € 4375, pertencente ao sócio Leonel de Freitas Carvalho e outra do valor nominal de € 625, pertencente à sócia Maria da Conceição Magalhães Lopes.»

Está conforme.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada foi depositado na pasta respectiva.

23 de Agosto de 2005. — A Ajudante Principal, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.

2001978170

OLIVEIRA MACHADO & SILVA, L.^{DA}

Anúncio n.º 5975/2007

2.ª Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 05622/950324; identificação de pessoa colectiva n.º 503395188; inscrição n.º 2; 5; número e data da apresentação: 02/05/050720.

Certifico que o capital foi elevado à cifra de € 10 000, sendo o extracto da inscrição do teor seguinte:

Reforço de capital — montante do reforço: € 7007,21 em dinheiro, subscrito pelos sócios na proporção das suas quotas, ficando o sócio Joaquim Oliveira e Silva a ser titular de uma quota de € 5000 e cada uma das sócias Eugénia Ângela Moreira Silva e Susana Maria

Machado e Silva, solteira, maior, a serem titulares de uma quota de € 2500, cada. Montante do capital após o reforço — € 10 000.

Mais certifico que foi alterado o artigo 4.º, que fica com a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de € 10 000, dividido em duas quotas, uma do valor nominal de € 6250, pertencente ao sócio Joaquim Oliveira e Silva e uma do valor nominal de € 3750, pertencente a sócia Eugénia Ângela Moreira Machado Silva.»

Está conforme.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada foi depositado na pasta respectiva.

27 de Julho de 2005. — A Ajudante Principal, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.

2010153383

ONBIT — MATERIAL INFORMÁTICO, UNIPESSOAL, L.ª

Anúncio n.º 5976/2007

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 58 629/20050531; número de identificação de pessoa colectiva 507272773; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 03/050531.

Certifico que por José Manuel Gomes Ribeiro foi constituída a sociedade em epígrafe, que fica a reger-se pelo contrato seguinte:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma ONBIT — Material Informático, Unipessoal, L.ª, com sede na Avenida do Visconde de Barreiros, 154, loja 76, freguesia e concelho da Maia.

§ único. Por simples decisão da gerência, a sociedade poderá transferir a sua sede para outro local do mesmo concelho ou de concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social.

Artigo 2.º

O objecto social consiste na programação, comércio, consultadoria, assistência técnica, representações de material e equipamento informático.

Artigo 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de € 5000, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao outorgante.

Artigo 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme respectiva decisão, será exercida pelo sócio ou por não sócios, ficando aquele desde já nomeado gerente.

2 — A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos pela assinatura de um gerente.

Artigo 5.º

O sócio único fica desde já autorizado a efectuar negócios jurídicos com a sociedade que sirvam a prossecução do objecto social.

Artigo 6.º

O sócio fica autorizado a fazer prestações suplementares de capital até ao montante global de 10 vezes o capital social.

Artigo 7.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades quer o objecto seja igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme.

6 de Junho de 2005. — A Ajudante Principal, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.

2010126610

PAULO & PAULO, L.ª

Anúncio n.º 5977/2007

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 07185/960618; número de identificação de pessoa colectiva

503680206; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 7; números e data das apresentações: 13 e 15/051227.

Certifico que Paulo Jorge da Silva Vieira cessou funções de gerente em 2 de Novembro de 2005, por renúncia, tendo sido alterados os artigos 3.º e 5.º, n.ºs 1 e 2, que ficaram com a seguinte redacção:

«3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de € 24 939,90, correspondente a três quotas, uma do valor nominal de € 12 469,95, outra de € 11 222,95 e outra de € 1247 pertencentes ao actual único sócio.

5.º

1 — A gerência social, com a remuneração que for fixada em assembleia geral, fica afectada ao actual sócio, desde já designado gerente.

2 — Para obrigar a sociedade é necessária a assinatura de um gerente.»

Está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

13 de Janeiro de 2006. — A Ajudante Principal, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.

2011738989

PRECAUDAL — EQUIPAMENTOS DO LAR, L.ª

Anúncio n.º 5978/2007

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 55 872/20010509; identificação de pessoa colectiva n.º 505459248; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 6 e inscrição n.º 8; números e data das apresentações: 13 e 14/041123.

Certifico que foi efectuada a cessação de funções do gerente Mário Manuel Sá da Silva em 18 de Maio de 2004, por renúncia, e alterados os artigos 4.º a 7.º, que ficaram com a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de € 5000 e está dividido em três quotas, uma no valor de € 2500 pertencente à sócia Rosa Maria de Jesus Madureira Alves e duas pertencentes ao sócio José Manuel de Jesus Alves, sendo uma de € 1500 e outra de € 1000.

Artigo 5.º

A cessão total ou parcial de quotas a favor de estranhos à sociedade depende do consentimento da sociedade, à qual, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes, em segundo, fica reservado o direito de preferência.

Artigo 6.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete exclusivamente ao sócio José Manuel de Jesus Alves, cuja assinatura vincula a sociedade em todos os actos e contratos.

Artigo 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- Por óbito do respectivo titular;
- Por acordo com o seu titular;
- Quando em virtude de partilha decorrente de divórcio ou separação judicial de bens a quota for adjudicada a quem dela não for titular;
- Quando por qualquer motivo essa quota seja retirada da livre disponibilidade do seu proprietário.

§ 1.º A quota a amortizar será paga com base no valor encontrado no último balanço aprovado, deduzido de quaisquer débitos do seu titular à sociedade.

§ 2.º As condições de pagamento da quota amortizada serão definidas em assembleia geral, não podendo no entanto as prestações a que houver lugar exceder o prazo máximo de um ano a contar da data da assembleia geral que determinou a amortização.

§ 3.º A amortização considerar-se-á operada com a respectiva deliberação e o pagamento ou depósito da primeira prestação efectuada na Caixa Geral de Depósitos à ordem de quem de direito.»

Está conforme.